ETNO-PAISAGENS E MEGALITISMO – CONTRIBUTO PARA UMA HERMENÊUTICA DA ETNOLOGIA HISTÓRICA NO ALENTEJO

por

Ana Paula Fitas*

Resumo: Este artigo é uma proposta de interpretação do megalitismo no distrito de Évora que radica na articulação das funções sociais desta arquitectura com os espaços envolventes de uso local e de recurso regional.

Palavras-chave: Paisagens; megalitismo; etno-história.

Summary: This article proposes an interpretation of the arquithecture of the megalithical culture, namely at Évora (Alentejo-Portugal) based on the articulation of the socials functions of this arquithecture with the space of local use and the regional space of resources.

Keywords: Landscapes; megalithism; ethonogical history.

Quando olhamos o território como um "*continuum*" e nele colocamos os grupos humanos em mobilidade, compreendemos que grande parte dos vestígios da caminhada histórica e cultural são marcas espaciais de dupla função: a que lhes foi impressa pelos que as edificaram e a que lhes podemos reconhecer hoje, mercê da reconstituição lógica das funções sociais de então. Devolvidos, neste contexto, ao conceito de "*etno-paisagens*", é a partir dele que propomos a leitura etno-arqueológica das paisagens megalíticas que integram o território da unidade administrativa que é o distrito de Évora.

Para o efeito, sugerimos um percurso que percorre os mais conhecidos espaços arqueológicos de uma das regiões mais ricas neste tipo de ocupação espacial, devidamente precedido das referência teóricas em que assenta o raciocínio e a demonstração a que procederei. Relembro, por isso, o que diz sobre as "*etno-paisagens*" o antropólogo Armindo dos Santos (2004): "(…) *é interessante pensar as paisagens como objecto sociológico, cujo*

* Doutora em Estudos Portugueses – Cultura Portuguesa do Século XX; Investigadora – Universidade Lusófona; E-mail: anapaulafitas@netcabo.pt

protocolo metodológico de estudo representa uma posição estratégica qualificada de observação (directa e indirecta) das relações sociais inscritas materialmente no espaço (…) se considerarmos que a perspectiva da importância estratégica das propriedades parciais permite, como é de esperar, aceder às propriedades da lógica social global. Traduz esta postura prestar atenção ao que representa a espécie de linguagem sociológica discretamente expressa na configuração espacial e reflectida pela paisagem social (…)"[1].

De facto, como escreveu Vítor Oliveira Jorge (2003): "(…) *Só recentemente os arqueólogos têm recebido a importância da paisagem, do território, como um todo, para a compreensão do modus vivendi das comunidades antigas (…) Mas o mais importante é tentar compreender a dinâmica histórica total da paisagem, com a ajuda da geo-arqueologia e de outras ciências* (…)"[2].

Olhar a paisagem como um todo que os grupos humanos (com destaque para as comunidades pastoris mas, também para as que, sob a forma militar ou simplesmente viajante) utilizaram e utilizam como espaço de uso e de recurso, permite perceber o padrão das suas deslocações, através da localização dos marcos espaciais que serviram de comunicação e referência à criação de rotinas e circuitos de mobilidade. É esta função comunicacional e orientadora que confere sentido à colocação, ao longo dos seus itinerários, de menhires (para assinalar a proximidade dos locais de reunião) e cromeleques (como testemunho desses lugares partilhados comunitariamente) que atesta das mais antigas evidências desta complexidade da comunicação social inerente à representação e ao uso social do espaço, a cuja distribuição acresce, nas proximidades ou conforme o determinavam as distâncias dos lugares de povoamento humano, as antas e monumentos funerários, cuja localização não coincide mas, integra, o espaço dos vivos – numa prática de preservação dessa dicotomia sensitiva e cognitiva que separa a vida da morte, a comunicação do silêncio, o sagrado do profano.

As rotas pastoris, complementadas pela recolecção das populações desde o neolítico, coexistentes com os espaços de sedentarização mais ou menos precária que o território permitia às necessidades dos grupos humanos que os ocupavam, justificam o povoamento de testemunhos e vestígios megalíticos e oferecem, de forma evidente, resposta às perguntas colocadas: onde habitavam os construtores dos megalitos? – Circulavam, podemos dizê-lo… Circulavam como também o faziam os que integravam viajantes e ocupantes e, quando estacionados para enfrentar os rigores do tempo, a sua ocupação espacial era efémera pelo recurso decorrente do uso de materiais perecíveis que a intenção da duração de permanência justificava. Por isso, na construção cultural do espaço que os grupos a que Flausino Torres e Antonino de Sousa chamaram "*nómadas sedentarizados*"[3] protagonizaram, o mais importante era, por um lado, o traçado dos caminhos e, por outro lado, a transmissão da informação para que a reunião fosse possível sempre que a regularidade do calendário ou a necessidade o requeriam. E que melhor cartografia referencial para marcar o espaço físico com os sinais materiais da passagem ditada pela circulação inerente à mobilidade, do que a que se podia ler no céu e procurar a partir dele, pela percepção e estabe-

---

[1] "As Etno-Paisagens - A Observação Etnogeográfica das Formas Sociais de Modelagem do Espaço" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 44 (1-2), ed.SPAE, Porto, pp. 30.

[2] In *A Irrequietude das Pedras – Reflexões e Experiências de um Arqueólogo*, ed. Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia nº 1, Porto, pp. 74.

[3] In *Civilizações de Nómadas Sedentarizados*, ed. Tip. Emp. Contemporânea de Edições, Lisboa, 1946.

lecimento da correspondência perceptiva entre pedras e estrelas, tomada como "*sinal*", isto é, como indicação orientadora?

Os sistemas de orientação espacial são, essencialmente, sistemas de comunicação social ou não desempenhariam a função social que os justifica. Percorrer o espaço regional de forma capaz de garantir o encontro com outros grupos humanos, implica, necessariamente, a confiança no acaso ou a prevenção de encontros possíveis entre humanos que circulam no mesmo espaço, com a marcação de trajectos susceptíveis de serem percorridos, proporcionando-lhes o contacto e a comunicação.

A questão, particularmente importante para quem percorria grandes distâncias – sendo esta medida relativa, de acordo com a extensão do território a percorrer e com a duração dos percursos pedestres – requeria sistemas referenciais de comunicação e orientação fixos ou, pelo menos, dotados da maior permanência possível, para evitar desencontros ou equívocos nas opções dos caminhos. Por essa razão, no contexto da mobilidade de longo curso, a cartografia celeste emerge como o mais fiável de todos os instrumentos de orientação, uma vez que o seu único factor de variação reside nas mudanças atmosféricas – obstáculo contornável pelo tempo e a paciência ou seja, a capacidade de esperar.

As dinâmicas económicas e sociais requerem o encontro das comunidades humanas, nomeadamente, para concretizar a troca de bens e de pessoas. O mercado patrimonial e matrimonial implicava encontros e negociações e justificavam a existência de espaços destinados à sua operacionalização, designadamente, a partir da complexidade destes processos de trocas que estruturaram a organização política. Em comunidades pastoris dispersas no território, em função da mobilidade que lhes está subjacente, onde os núcleos de residência sedentários se encontram distantes, a existência de espaços de reunião é, por isso, uma condição das relações sociais e a relevância do seu significado para a sobrevivência dos grupos é de tal forma reconhecida pelos seus membros que, a tais espaços se associa a necessidade da sua protecção e preservação – dimensão em que assenta o carácter simbólico que lhes confere a perspectiva do sagrado ao longo do tempo, factor e agente de construção do grau de complexidade e sofisticação desses encontros. O mesmo acontece relativamente a comunidades sociais e políticas distanciadas espacialmente mas, culturalmente próximas ou, pelo menos, com apetência de proximidade (pacífica ou não).

À dimensão do respeito e da regulação das atitudes e práticas na presença do "*outro*", é inerente a dimensão do distanciamento, como forma de prevenir susceptibilidades, potencialmente capazes de despertar equívocos e conflitos – e é esta prevenção que justifica a ritualização dos procedimentos requeridos pela preparação e condução dos processos negociais. Torna-se, assim, fácil – senão evidente! – a razão que justifica o desenvolvimento de uma *praxis* ritualística nos locais de reunião, cujo fundamento é, essencialmente, preventivo, a título de estratégia direccionada para o controle da "*desconfiança*" e de caução para a boa-fé e a pacificidade necessárias às relações comerciais, no seu sentido mais lato.

Circular no espaço, reduzindo o número de referências equívocas, torna-se um problema para o qual as comunidades humanas encontraram resposta na adopção de um sistema de sinalização capaz de resistir ao efémero e desenvolvido a partir do recurso a materiais de longa duração, trabalhados de forma a assinalar, inequivocamente, a intenção humana do seu reconhecimento: a pedra. Erguer menhires como indicação de aproximação aos lugares de encontro colectivo e edificar cromeleques como delimitação desses mesmos espaços, previamente assinalados, torna-se uma evidência lógica irrefutável e dedutível pelo reconhecimento da sua função social.

Eis a sustentabilidade ontológica e gnoseológica do megalitismo, a que pode, justificadamente, acrescer a dimensão hermenêutica e heurística em que tem assentado a sua interpretação esotérica, religiosa e mágica, fruto da identificação da "*estranheza*" com que se interpretam materiais que remetem para o simbólico (por exemplo: "*covinhas*", altares, oferendas) ou da sua abordagem micro-espacial, enquanto esforço metodológico de conservação do distanciamento que salvaguarda a tendência de ceder ao excesso de generalização e à eventual macrovisão hiperbólica.

A conservação dos vestígios arqueológicos tem decorrido, fundamentalmente, da permanência da estrutura agrária assente na grande propriedade[4] e do facto de, no distrito de Évora, a exploração económica ser polivalente, libertando grandes extensões de terreno para a pecuária e o montado – actividades relativamente às quais os afloramentos graníticos e a existência de pedras de grande dimensão não representam impedimentos ou dificuldades relevantes para a prossecução do trabalho agrícola.

A ideia de um espaço marcado pela presença de lugares colectivos de reunião (cromeleques) assinalados previamente (menhires) numa área territorial de cerca de 80kms, torna plausível a ideia de uma sociedade organizada em fratrias ou clãs que repartiriam entre si o domínio dos mercados de uso e o acesso aos de recurso.

Vale de Maria do Meio (Arraiolos – Montemor-o-Novo – Évora), Portela de Mogos (Évora – Escoural – Montemor-o-Novo), Almendres (Évora – Guadalupe – Montemor-o--Novo), Cuncos (Montemor-o-Novo – Vendas Novas), Fontainhas e Vale d'El Rei (Mora), Tojal, Perdigões, Ribeira do Álamo, Xarez (Reguengos de Monsaraz), Defesa Velha (Alandroal – Montoito – Redondo): eis os nomes de alguns dos locais de recintos megalíticos de reunião de relevo que, além dos menhires (da Oliveirinha, do Barrocal, dos Almendres, do Outeiro, da Belhoa, da Pedra Alçada, entre muitos outros), se localizam no interior dos limites administrativos do distrito de Évora.

A densidade demográfica e o nível de organização sócio-cultural das comunidades de há 4.000 anos ficaram testemunhados nas centenas de monumentos funerários que coexistem no espaço envolvente destes recintos que, para o reino dos vivos de então, assinalavam formas de contacto e reunião entre espaços de ocupação espacial construídos com materiais perecíveis. A densidade de ocupação espacial denota a complexidade e dimensão da organização social com que é povoado esse território.

Cartografar o espaço numa sociedade sem escrita ou onde a escrita não é do conhecimento geral, cria a necessidade de produção de um sistema referencial que viabiliza a comunicação com recurso a signos e sinais susceptíveis de descodificação pelos potenciais utilizadores dessas indicações. Com este condicionalismo "*a priori*", apenas reconhecível a partir da consideração que o futuro nos proporcionou, de que a comunicação escrita é universal, é fácil perceber que a cartografia mais antiga, pré-histórica – se assim podemos dizer! – recorreu a um sistema de referências espaciais capaz de ser descodificado, pelos que se deslocam no seu espaço de influência.

Uma das questões que se coloca é a de saber quem seriam os destinatários dessa comunicação uma vez que seriam esses quem deveria aceder e utilizar os espaços comunitários de reunião materializados nos cromeleques e assinalados pelos menhires… e se esta é uma das questões relevantes, uma possibilidade de resposta remete para a estrutura

[4] Fitas, Ana Paula "A Construção Cultural do Espaço" in *Forum Sociológico*, n.º 5, ed.IEDS, Lisboa, 1994, pp. 179-188.

política da sociedade de então, cuja organização poderia proceder por via da reunião de todos os membros do clã dominante ou pela reunião apenas dos lideres das fratrias desse clã. Esta ou outra hipótese interpretativa conduz à representação do espaço como espaço organizacional das relações de vizinhança para o controle sócio-económico e político do território. Até que ponto a dimensão, a complexidade e a sofisticação arquitectónica dos lugares nos pode dar pistas para responder a esta questão, é um problema que permanece em aberto, designadamente, para a arqueologia contemporânea.

A configuração espacial do megalitismo tem sido objecto de estudo e de especulação, por parte de arqueólogos, etnólogos e filósofos. Mircea Eliade apresentou a mais ousada das teorias, ultrapassando a microvisão espacial dos sítios e colocando-a em perspectiva de forma integrada, de tal modo que nela podemos reconhecer a coesão e coerência dos arquétipos projectados em representações materiais, cuja repetição de padrões adquire significado em terrenos formais e substantivos. Referimo-nos à função de orientação espacial quando falamos em termos de dimensão formal e à função simbólica quando falamos de dimensão substantiva.

A propósito das construções megalíticas da Europa Ocidental e Setentrional, vale a pena citar Mircea Eliade: "(…) *tais monumentos não estão isolados. Fazem parte de um complexo megalítico que se estende do litoral mediterrânico de Espanha, compreendendo Portugal, metade da França, as costas ocidentais da Inglaterra e prolongando-se pela Irlanda, Dinamarca e as costas meridionais da Suécia. Existem, decerto, variações morfológicas significativas. Mas, duas gerações de pré-historiadores têm-se esforçado por demonstrar a continuidade de todas as culturas megalíticas europeias. Continuidade que só se poderia explicar pela difusão do complexo megalítico, a partir de um centro situado em Los Millares, em Almeria.* (…)"[5]. Mas se o território ibérico integrou a lógica identificável na Europa Ocidental e Setentrional, o facto, ao contrário do que muito tem sido veiculado, não é incompatível com o que decorre do que Moisés Espírito Santo escreveu, não só ao dizer que: "(…) *As culturas sobrepunham-se subrepticiamente, não eliminavam os povos.*(…)"[6] mas, essencialmente, ao afirmar: "(…) *A identidade cultural portuguesa é mediterrânica.*(…)"[7], referindo-se às influências de fenícios e púnicos, entre o século XV a.c. e o domínio romano. De facto, a extensão temporal das influências civilizacionais recebidas no território, permite a continuidade cultural no uso das marcas espaciais que a pedra, enquanto marca, concretiza, viabilizando a mobilidade e a comunicação não só ao nível local mas, *latu sensu*, regional.

A tese interpretativa de M.Eliade corrobora esta perspectiva ao explicitar o papel da Pedra enquanto recurso tecnológico de longa duração e múltipla funcionalidade, na seguinte afirmação: "(…) *o rochedo, a laje, o bloco de granito revelam a duração infinita, a permanência, a incorruptibilidade e, finalmente, uma modalidade de existir independente do devir temporal* (…)"[8] onde, na opinião do autor, se evidencia uma alteração conceptual da humanidade que radica no significado da importância da agricultura e remete para o culto dos mortos: "(…) *Os mortos retornam ao seio da Terra-Mãe, na esperança de*

---

[5] In *História das Ideias e das Crenças Religiosas*, ed. Rés, Porto, pp. 109.

[6] In *Cinco Mil Anos de Cultura a Oeste – Etno-História da Religião Popular numa Região da Estremadura*, ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 2004, pp. 32.

[7] Idem, pp. 43.

[8] In ob.cit., pp. 110.

participar da sorte das sementes (…)"[9]; e se a relação entre a agricultura e o culto dos mortos se torna uma evidência pelo apelo ao raciocínio analógico, é, também, de fácil percepção a relação posterior entre o culto dos mortos e a edificação megalítica: "(…) *eles* [os mortos] *são, além disso, misticamente associados aos blocos de pedra, e, por conseguinte, tornam-se poderosos e indestrutíveis como os rochedos. Com efeito, o culto megalítico dos mortos parece comportar não só a certeza da sobrevivência da alma, mas sobretudo, a confiança no poder dos antepassados e a esperança de que irão proteger e assistir os vivos.*(…)"[10]. A extensão das inferências e deduções de M.Eliade prolonga-se logicamente na exploração analógica do entendimento que subjaz ao uso do megalitismo: "(…) *A crença nas virtudes fertilizantes dos menhires eram ainda compartilhadas pelos camponeses europeus no início deste século* [século XX]. *Na França, as mulheres jovens, para conceberem, praticavam o "deslizamento" (deixando-se escorregar ao longo de uma pedra) e a "fricção" (sentando-se sobre monólitos, ou esfregando o ventre contra certas rochas). Esta função genesíaca não deve ser explicada pelo simbolismo fálico do menhir, muito embora tal simbolismo seja atestado em determinadas culturas. A ideia primeira, e fundamental, era a "transmutação" dos antepassados em pedra; seja por intermédio de um menhir "substituto do corpo", seja integrado, na própria estrutura da construção, um elemento essencial do morto: o esqueleto, as cinzas, a "alma". Em ambos os casos, o morto "animava" a pedra, habitava um novo corpo, mineral e portanto imperecível. Por conseguinte, o menhir ou o túmulo megalítico constituíam um reservatório inesgotável de vitalidade e poder. Graças à sua projecção nas estruturas de pedras funerárias, os mortos tornavam-se senhores de fertilidade e de prosperidade.* (…)"[11].

Espaço cultual dos mortos e da fertilidade, à monumentalidade megalítica subjaz uma funcionalidade social detectável pelo estudo articulado da localização, contextualização e finalidade, características dos seus elementos constitutivos, onde a referência espacial assinala a concepção do mundo como habitado por mortos e vivos.

Espaço cultural por excelência porque eivado de significações cumulativas que coincidem com os referenciais de interpretação da condição humana e justificam a coesão de valores que sustenta a identidade em que assenta a dinâmica das relações sociais endógenas e exógenas, a ocupação espacial megalítica reflecte o recurso a materiais semelhantes, utilizados por uma lógica comum de que emerge uma ideologia e uma religião, decorrentes de uma economia baseada na agricultura.

A pressuposição de M.Eliade sobre a estrutura continental da continuidade cultural subjacente à arquitectura megalítica (entendida enquanto reflexo monumental de uma organização sócio-política e económico-cultural configurada territorialmente pela disposição das marcas da ocupação espacial que as comunidades humanas materializaram), alargada à consideração geográfica dos espaços de proximidade mediterrânica (Magrebe e Próximo Oriente), encontra também confirmação na perspectiva dos sistemas de orientação da mobilidade, nomeadamente, na consideração da constelação estelar de Orion, dominante no hemisfério norte, que, deste ponto de vista, surge como matriz referencial. Na realidade, a orientação que esta constelação permite, possibilita o percorrer dos caminhos que acedem às comunidades conhecidas desse tempo histórico em que o sistema de comunicação assen-

[9] Ibidem, pp. 111.
[10] Ibidem.
[11] Ib., pp. 112.

tava no recurso ao mundo natural, uma vez que, seguindo-se a orientação das suas estrelas, quer por terra, quer por mar, se encontram os lugares de povoamento e reunião das populações e culturas que habitam o seu espaço de influência… além disso, no âmbito da divulgação dos conhecimentos geográficos, a constelação de Orion permitia aos viajantes de áreas territoriais distintas e longínquas referenciar, no espaço, trajectos que facilitavam o encontro com comunidades várias, com as quais podiam ser desenvolvidas relações de vizinhança, cordiais ou de dominação, de troca e de interacção conflituosa ou pacífica. De facto, as relações sócio-políticas e económicas entre comunidades distantes ou, simplesmente, rivais, dependiam, em grande parte, do domínio do conhecimento que cada comunidade, grupo ou elite detivesse, relativamente à localização geográfica e à cartografia estelar enquanto método de orientação… e, registe-se!, no plano etnológico, constata-se a utilização tradicional das estrelas, quer para a orientação local, quer para a orientação de longo curso (disso são testemunho, por um lado, etnológica e etnograficamente, a vida de pastores e pescadores e, por outro lado, a vastidão do mundo simbólico, mais universal mas, também, de reconhecimento mais restrito).

Conhecer o céu e nele criar formas zoomórficas ou antropomórficas, projectando-as em constelações estelares, é, provavelmente, das mais antigas formas de orientação espacial para efeitos de deslocação e mobilidade de média e longa distância, servindo as estrelas (identificadas pela sua localização no contexto da delimitação permitida pelas formas atribuídas a constelações e agrupamentos estelares) como pontos de referência para o traçar de caminhos, em cujo percurso se encontram os espaços que se pretendem encontrar e que o conhecimento registado de deslocações anteriores permite antever. A estratégia de uso da cartografia estelar passa, necessariamente, pela sua consideração a partir do ponto de observação em que, a cada momento, o observador se situa, numa dinâmica de redefinição constantemente reformulável que permite a duração do sistema referencial de orientação… E se, no mar, o céu é o único garante de segurança de permanência das marcas indicadoras, capaz de ultrapassar a possibilidade de mudança, desaparecimento ou deslocação desses mesmos sinais, também em terra, face ao desconhecido, o céu oferece indicações úteis à orientação dos caminhos. Estrelas e Pedras são, assim, as referências persistentes contra a efemeridade, de que o controle para a mobilidade carece, para que a continuidade de uso seja possível.

A orientação eficaz que o céu permite no encontrar dos espaços humanos em que as comunidades se reúnem, evoca a protecção dos antepassados que, do reino dos mortos, vigiam os vivos, caucionando-lhes os sucessos; neste contexto, à função referencial subjacente à identificação dos espaços habitados, acrescenta-se a função (totémica) de homenagem aos antepassados, devendo assinalar-se que, na monumentalidade megalítica, as duas funções coincidem, garantindo a perspectiva integradora e não-ameaçadora do cosmos, por oposição ao caos desorganizado a que se opõe a sobrevivência organizada da sociedade humana.

Deste modo, compreende-se que, à função material da identificação e da orientação espacial a que se soma a evocação protectora dos antepassados, se associe o conjunto ritualístico de procedimentos inerente à procura de ajuda mágica que remete para o sagrado, que, de acordo com o que conhecemos das organizações societárias, implica uma estrutura social que recorre à hierarquia protagonizada pela segregação de funções, de que são testemunho os próprios enterramentos e o tipo de espólio que os distingue e caracteriza.

Da função social decorrente do seu carácter de marca de territorialização à dimensão político-ideológica de controle e negociação das relações de poder e à dimensão religiosa resultante da significação evocativa dos antepassados, do reino dos mortos e do sagrado, a arquitectura megalítica é o símbolo e o testemunho de uma organização societária complexa, cuja maior parte dos vestígios e da tecnologia de uso corrente, pela natureza precária dos seus materiais, desapareceu na voragem dos tempos.

Reconstituir a lógica das relações sociais operadas num determinado período temporal que remonta há mais de 4.000 anos e se prolonga pela História designadamente até aos mapas rodoviários romanos da Ibéria, no caso, no distrito de Évora, a partir da configuração da ocupação espacial megalítica e do espólio emergente dos seus monumentos funerários, é hoje uma prioridade para o entendimento da construção histórica da etno-paisagem local.

Caracterizar esse território e proceder à sua inscrição na morfologia social e na cultura regional[12] inferida da similitude material dos vestígios arquitectónicos e funerários, permitiria a percepção etno-paisagistica do sul e do sudoeste peninsular, de que participam, em Portugal, entre outras, as áreas de Vila do Bispo e, em Espanha, os núcleos contemporâneos da ocupação espacial até, como sugeriu Mircea Eliade, Los Millares em Almeria, configurando uma leitura consistente da História (em particular desse período que vai de finais do Neolítico ao Calcolítico, às Idades do Bronze e do Ferro), essencial para a compreensão da História da Cultura, relativamente à qual a Arqueologia representa um instrumento precioso, capaz de nos resgatar dessa representação ideológica que ainda faz radicar nas ocupações e aculturações romana e árabe a construção da identidade cultural do extremo peninsular do ocidente europeu.

[12] Fitas, Ana Paula "Paisagens etno-arqueológicas e culturas regionais – do Endovélico a Mérida e aos Almendres" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia,* vol. 50, ed. SPAE, Porto, 2010, pp. 193-201.